



Corrente Proletária dos **BANCÁRIOS**

Corrente Sindical do
Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional
#7/2026 – 8 de outubro de 2026
@massas.por – pormassas.org



Balanço da greve dos bancários e próximas tarefas

A campanha salarial dos bancários de 2026 teve uma grande importância, pois marca a retomada do método grevista da categoria depois de uma década. Esse é o ponto de partida do balanço do movimento. Diversos fatores jogavam contra a mobilização. O principal deles, as direções sindicais, foi ultrapassado pela base da categoria na Caixa, fazendo prevalecer a greve. Apesar de isolada, a greve conseguiu conquistar parcialmente as reivindicações, o que mostrou o acerto da utilização dos métodos da ação direta.

A Corrente Proletária dos Bancários denunciou em seus boletins que as direções faziam o jogo do patrão, reproduzindo as ameaças patronais. E a greve terminou por uma imposição burocrática de uma direção traidora da Contraf/CUT, que se submeteu servilmente às instituições burguesas sem sequer convocar as assembleias de base para que a própria categoria deliberasse pela continuidade ou fim do movimento. Torna-se ainda mais gráfica a traição o fato dessa submissão ter ocorrido quando a decomposição do judiciário estava em alta, com as disputas internas que apontavam o envolvimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no escândalo de corrupção do Banco Master. Ou seja, enquanto a decomposição burguesa saltava a olhos vistos, a burocracia sindical petista se ajoelhava perante suas instituições para pôr fim a greve e se dedicar à corrida eleitoral, em vez de fazer a campanha em defesa da independência de classe contra o lamaçal burguês.

A Corrente Proletária dos Bancários faz seu balanço da greve para que tiremos as lições do movimento e saíamos fortalecidos e conscientes das nossas próximas tarefas, sendo que a principal delas é a organização de uma fração revolucionária no seio da categoria para varrer as direções traidoras e trazer a independência de classe aos sindicatos.

A CAMPANHA SALARIAL DE 2026

A Campanha Salarial de 2026 foi apresentada como uma campanha nacional e unificada. Os bancários enfrentavam problemas comuns: perdas salariais, ataques às condições de trabalho e ameaças aos planos de saúde.

Entretanto, essa unidade não se concretizou no momento decisivo do enfrentamento. Nos bancos privados, as direções sindicais indicaram a aprovação de uma proposta rebaixada. No Banco do Brasil (BB), a proposta foi rejeitada em grande parte do país, mas a burocracia sindical utilizou a aceitação inicial em São Paulo para matar no nascedouro a possibilidade de uma greve nacional. Assim, uma vez que uma base tinha votado pela aceitação, a burocracia impediu que a base pudesse rever a posição diante da disposição de luta das demais.

A categoria foi unificada no discurso, mas dividida na prática. Acordos separados, assembleias convocadas para reverter greves aprovadas e votações virtuais dificultaram o debate coletivo e o controle dos trabalhadores sobre as decisões.

A mesma fragmentação imposta pelas burocracias petistas impediu uma ação conjunta com os trabalhadores dos Correios, que enfrentavam ataques semelhantes do mesmo governo. Também não houve uma articulação efetiva entre Caixa, Banco do Brasil e demais segmentos bancários.

A GREVE DA CAIXA

Nesse cenário, a Caixa tornou-se o principal centro de resistência da campanha. Em 4 de setembro, mais de 90% das bases rejeitaram a primeira proposta apresentada pela empresa. A greve por tempo indeterminado começou em 10 de setembro.

O reajuste de 4,6% para salários e benefícios não compensava os ataques ao Saúde Caixa. O principal problema era a manutenção do teto de participação da Caixa em 6,5% da folha de pagamento. Com o crescimento das despesas, essa regra poderia transferir aos empregados aumentos expressivos nas mensalidades e coparticipações.

A proposta também previa coparticipações elevadas, inclusive cobrança integral em determinados procedimentos. As medidas positivas para empregados com deficiência não compensavam o ataque estrutural ao plano de saúde.

A rejeição massiva demonstrou que a categoria não estava disposta a aceitar qualquer acordo. A greve foi uma resposta concreta à tentativa de transferir aos trabalhadores os custos da política do banco.

A FORÇA DA MOBILIZAÇÃO

A greve obrigou a Caixa a negociar e arrancou conquistas importantes. Na terceira proposta, apareceram medidas que não estavam no texto inicial:

- Elevação da participação da Caixa no custeio do Saúde Caixa para 9% da folha a partir de 2027;
- Manutenção do modelo solidário e do pacto intergeracional;
- Assunção do déficit de 2026 pela empresa;
- Ausência de reajuste das mensalidades em 2026;
- Manutenção do prêmio extraordinário de R\$ 3 mil;
- Ampliação da parcela de habilitação do Super Caixa;
- Compromissos sobre carreira, trabalho remoto e outras condições de trabalho.

A categoria rejeitou essa terceira proposta, mas sua existência comprova a força da greve, pois a Caixa só a apresentou porque foi pressionada pela mobilização.

A JUDICIALIZAÇÃO DA GREVE

Depois de não conseguir impor integralmente sua posição na mesa, a Caixa rompeu o processo de negociação e recorreu ao TST para reprimir o movimento.

A repressão ficou clara na proposta levada ao tribunal, que retirava parte do que já havia apresentado como aceitável. No Saúde Caixa, retomava o limite de 6,5% da folha, retirava o adiamento da contribuição de 3,7% dos empregados e permitia reajustes automáticos de mensalidades e coparticipações.

Também desapareciam ou eram enfraquecidos pontos relacionados ao prêmio extraordinário, à promoção por mérito, ao Super Caixa, ao piso de Tecnologia da Informação, às carreiras, ao trabalho remoto e às regras de Fígital e Genesys.

Na PLR, a proposta judicial permitia reduzir a parcela social por meio de metas e alterava o limite global de distribui-

ção. O resultado poderia representar uma redução expressiva da remuneração recebida pelos empregados.

Assim ficou claro que a judicialização não era um caminho neutro. Ao contrário, ela permitiu que a Caixa levasse ao tribunal uma proposta inferior àquela já apresentada na negociação. Ou seja, era uma medida repressiva ao movimento grevista.

GOVERNO E DIREÇÃO DA CAIXA

O governo Lula tentou sempre se apresentar como defensor dos trabalhadores, mas sustentou uma política de intransigência no Banco do Brasil e na Caixa. A direção da Caixa, indicada pelo Centrão em conchavos políticos e sustentada politicamente pelo governo Lula, atacou o plano de saúde, a PLR e as condições de trabalho.

A empresa só recuou quando enfrentou a mobilização. Quando encontrou apoio na judicialização, no isolamento da greve e na submissão da direção sindical, retirou o que já havia concedido.

As direções sindicais petistas não unificaram a luta com a greve dos trabalhadores dos Correios e isolaram a greve nos bancários somente à Caixa, aceitando acordos separados, além de terem buscado encurtar o máximo possível a greve de forma que não comprometesse a candidatura de Lula nas eleições, priorizando a disputa burguesa eleitoral em detrimento das necessidades dos trabalhadores.

A JUSTIÇA BURGUESA NÃO É NEUTRA

A Justiça burguesa jamais atua como mediadora neutra. Ela representa uma classe social e integra um Estado organizado para preservar a propriedade privada e os interesses dessa classe.

Quando intervém nas greves, seu caráter é repressivo e busca limitar a ação coletiva dos trabalhadores, protegendo as empresas e os governos, mesmo que por vezes possa apresentar propostas que pareçam beneficiar os trabalhadores. É a justiça que retira o direito de greve decretando-as ilegais, multando sindicatos ou impondo limites às greves. É por isso, que a decisão do TST não deveria ter sido automaticamente acatada pelas direções sindicais, pois se trata de um ataque ao direito de greve.

A categoria deveria ter discutido soberanamente se retornaria ou não ao trabalho, considerando suas próprias forças diante dos riscos jurídicos, financeiros e repressivos da continuidade da greve. O tribunal poderia tentar impor uma decisão; mas jamais deveria determinar a posição política dos trabalhadores.

A submissão da direção está em que transformou a decisão judicial em elemento definitivo e incontestável. Na verdade, mostra que a direção já não defendia a greve. Os trabalhadores devem rejeitar essa posição submissa, que representa um profundo retrocesso na consciência de classe: os trabalhadores devem se reconhecer como força capaz de combater qualquer repressão do Estado, seja ela policial ou judicial.

Esse problema se torna ainda mais evidente diante das denúncias envolvendo setores do sistema financeiro e a alta cúpula do Judiciário. Mesmo quando o chamado “mar de lama” atinge banqueiros e membros das instituições judiciais, as decisões que afetam diretamente os trabalhadores continuam sendo tratadas como imparciais e acima de qualquer questionamento.

O Judiciário não está acima das classes sociais e não merece confiança, especialmente quando intervém contra greves e direitos. A própria cúpula judicial ser atingida por denúncias e relações promíscuas com setores do capital mostra que não podemos ser ingênuos e acreditar que suas decisões contra os trabalhadores são neutras.

A DEFESA DA SAÚDE

A Corrente Proletária dos Bancários vem defendendo que é preciso fazer a defesa da saúde pública. Diante dos ataques dos bancos, defendemos a Saúde Caixa e a Cassi, pois significa preservar conquistas da categoria. Defesa essa que não se contrapõe à Saúde pública. A greve dos Correios, que ocorreu ao mesmo tempo que a greve na Caixa, mostrou que saúde é uma importante reivindicação dos trabalhadores. Então não podemos deixar de fazer a defesa geral da saúde. Pelo contrário, é preciso erguer uma luta unificada dos trabalhadores em defesa de um único sistema de saúde público e gratuito e combater a precarização que a assola. A burguesia lucra rios de dinheiro com a saúde privada em detrimento das necessidades da maioria explorada. Não podemos aceitar essa mazela do capitalismo com normalidade, devemos defender os oprimidos com a bandeira da expropriação de todo o sistema de saúde privado e que o Estado e os capitalistas arquem com todos os custos da Saúde, não os trabalhadores.

DEFENDER A DEMOCRACIA OPERÁRIA

A greve na Caixa foi aprovada pela categoria e sustentada pelos trabalhadores. Portanto, somente a categoria deveria decidir sobre sua continuidade ou seu encerramento. Assembleias presenciais, democráticas e soberanas, debate aberto, votação transparente e controle das decisões pela base são condições fundamentais da democracia operária. Toda e qualquer negociação de representantes, seja da direção sindical ou de comandos eleitos, devem estar submetidos às assembleias. Esses são princípios que devemos seguir. São parte da independência de classe que deve guiar os organismos e a luta de todos os trabalhadores.

As direções sindicais que não seguem os princípios elementares da democracia operária, mostram que se guiam pelos princípios burgueses e, portanto, que não defendem as reivindicações e necessidades dos trabalhadores, mas que são uma casta vendida que expressam os interesses dos patrões e seus governos no interior do movimento de luta.

AS TAREFAS COLOCADAS

A Campanha Salarial de 2026 revelou uma contradição fundamental: havia uma campanha nacional, mas não houve uma luta nacional unificada.

A greve da Caixa foi seu principal momento de enfrentamento. Ela rejeitou uma proposta prejudicial, obrigou a empresa a negociar e arrancou reivindicações concretas. O retrocesso ocorreu quando a luta permaneceu isolada, as direções sindicais não construíram a unidade, a Caixa rompeu a negociação e o TST foi colocado acima da decisão dos trabalhadores.

A greve da Caixa não foi derrotada pela falta de força dos trabalhadores. Ela foi limitada pelo isolamento, pela política das direções sindicais, pela ação do governo e da Caixa e pela submissão à Justiça burguesa.

Diante desse balanço, a tarefa que está colocada é a da construção de uma oposição revolucionária às direções traidoras e conciliadoras. A construção e fortalecimento da Corrente Proletária nos Bancários tem esse objetivo: trazer a independência de classe aos organismos de luta dos bancários diante dos governos, das empresas e dos tribunais.

nenhuma confiança e apoio a governos burgueses!

Nenhuma confiança na Justiça burguesa!

Em defesa da mobilização com independência de classe e da ação direta dos trabalhadores!

Em defesa da democracia operária e da soberania das assembleias!

Por uma unidade verdadeira dos bancários!